

Câmara aprova projeto que inclui medidas protetivas nos registros das polícias civil e militar

(G1| 13/04/2021 | Elisa Clavery)

A [Câmara dos Deputados](#) aprovou nesta terça-feira (13) um projeto que inclui nos registros das polícias civil e militar as medidas protetivas previstas na [Lei Maria da Penha](#) e concedidas a vítimas de violência. O texto segue para o [Senado](#).

Estão entre as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha:

- afastamento do agressor do lar;
- fixação de distância mínima que o agressor deve manter da vítima;
- proibição de contato do agressor com a mulher, familiares dela ou testemunhas.

Segundo a autora da proposta, Flávia Moraes (PDT-GO), a medida “possibilita a adoção de ações especializadas quando do atendimento à vítima de violência”.

Críticas a Eduardo Bolsonaro

Durante a votação do projeto, parlamentares criticaram o deputado [Eduardo Bolsonaro](#) (PSL-SP), filho do presidente [Jair Bolsonaro](#). Em uma rede social, ele se referiu a deputadas como “pessoas portadoras de vagina”. A declaração foi considerada “misógina” e “desrespeitosa”.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Constrangimento, medo e coação: o que dizem mulheres que denunciaram violência doméstica na pandemia

Esse tipo de violência se agravou, mas houve dificuldade para vítimas denunciarem crimes que dependiam principalmente da presença física nas delegacias

(O Globo | 09/03/2021 | Por Raphaela Ramos)

Desde o início da crise sanitária causada pelo coronavírus, há um ano, organismos internacionais, especialistas e organizações da sociedade civil vêm fazendo alertas sobre o impacto da Covid-19 sobre a violência doméstica. Isso porque a pandemia potencializa os fatores de risco desse tipo de violência, que atinge majoritariamente mulheres e crianças. Se por um lado, houve interrupção ou redução da oferta de serviços presenciais das redes de segurança pública e saúde, por outro lado, houve um aumento da convivência em casa, o que pode tornar mais frequentes episódios de agressões em um contexto de crise financeira.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Hoje é Dia: semana é marcada pelo Dia Internacional da Mulher

(Agência Brasil | 07/03/2021 | Por Luiz Claudio Ferreira)

Igualdade de direitos, combate à violência doméstica e discussão sobre relações profissionais são temas importantes o ano inteiro. No entanto, o Dia Internacional da Mulher (8 de março, nesta segunda-feira) é a oportunidade para acentuar e amplificar os debates relacionados à cidadania feminina durante a semana e este mês.

[*Acesse a matéria completa no site de origem.*](#)

Projetos sobre violência contra mulher na Câmara aumentam 532% no ano

Os alarmantes dados sobre violência contra a mulher que têm mobilizado a opinião pública também ganharam a atenção do Poder Legislativo em 2019. Desde o começo do atual mandato, em fevereiro, até dezembro deste ano, um número recorde de projetos de lei sobre o assunto foi apresentado na Câmara dos Deputados. No total, foram 158 propostas na área, sendo que 151 delas estão em tramitação. O número é maior do que a comparação com todo o último mandato de quatro anos, de 2015 a 2018, que registrou 138 PLs sobre

o assunto.

[\(Universa, 16/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Na comparação com 2018, em que foram criadas 25 proposições, houve um aumento de 532%. Até agora, o ano com mais propostas na área havia sido 2016, com 44. Os números foram calculados com base em uma busca, no site da Câmara, pelo termo “violência contra a mulher”, entre todos os projetos de lei apresentados neste ano.

Na busca específica por projetos que abordam feminicídio, o aumento, só em 2019, também é expressivo: de 38 para 62 (61 em tramitação). Em comparação com 2018, quando houve somente cinco PLs para o tema, o crescimento é de 1.140%.

Neste ano, a proteção à população feminina foi colocada como prioridade da bancada feminina da Casa, o que, em grande medida, impulsionou o aumento de propostas. Líder do grupo, a deputada professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) justifica o objetivo diante dos dados assustadores. “Colocamos o assunto na centralidade dos trabalhos. À medida que nos aprofundamos no assunto, vemos as fragilidades no sistema, então os projetos de lei começam a surgir para aprimorar a estrutura que já existe”, explica.

Como esse aumento impacta a vida das mulheres?

Para a advogada Alice Bianchini, especialista em direitos das mulheres e autora do livro “Crimes Contra Mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais e Feminicídio”, o aumento é positivo, uma vez que mostra que o Poder Legislativo está mais preocupado com esses temas.

“Há uma maior sensibilização. Se, há alguns anos, esses assuntos ainda eram vistos como ‘mimimi’, hoje, os números assustam e são levados a sério”, diz. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma mulher sofre violência doméstica a cada dois minutos, e uma é vítima de feminicídio a cada três horas. “Essa comunicação para a sociedade é importante, para mostrar

que são crimes graves. É um trabalho que tem também função didática.”

Por outro lado, destaca, a maioria dos projetos ainda foca em aumentar ou tornar mais rígidas as punições, quando o ideal seria reforçar a prevenção. “Nosso Código Penal é um dos mais severos, em termos punitivos, da América Latina, o problema não está aí. Deveria haver mais ações educacionais”, opina. Entre os PLs em tramitação, destaca os que propõem a criação de programas para falar sobre violência de gênero nas escolas, como a proposição 852/2019, da deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que cria a Campanha Nacional Maria da Penha nas Escolas.

Dorinha salienta, porém, que o recorde no número de projetos de lei não significa, diretamente, a diminuição da violência. As propostas ainda precisam ser aprovadas e, depois, colocadas em prática de maneira adequada. Isso depende, também, do fortalecimento das ações dos governos estaduais e das prefeituras, para que, após a sanção, a lei funcione. “Precisamos garantir que a rede [de atendimento a vítimas de violência] seja eficiente. Se não, pode ter o projeto de lei que for, não adianta se não estiver ao alcance da população”, diz, referindo-se à rede que inclui casas de acolhimento, centros de referência de assistência social, unidades de saúde e de atendimento jurídico.

Promotora de Justiça do MP-SP (Ministério Público do Estado de São Paulo), Silvia Chakian concorda que o aumento das propostas não repercute, necessariamente, de maneira positiva, e que há outros poderes envolvidos que devem garantir a efetividade da legislação. “A gente já tem, com a experiência de quem trabalha com promotoria criminal, um conjunto legislativo adequado, mas precisa de empenho dos gestores públicos, municipais e estaduais, para o bom funcionamento dele”, diz.

Mais mulheres, mais projetos

O aumento da representação feminina na Câmara em 2019 foi de 51% —de 51 para 77 parlamentares, sendo 43 em primeiro mandato— em relação às últimas eleições. Para Alice Bianchini, essa é uma das explicações para o maior número de projetos de lei na área de proteção às mulheres.

Sobre o tema da violência contra a mulher, dos 159 PLs, 55 são de autoria feminina —cerca de 35% do total. Esse número é maior do que as propostas nos últimos dois anos: em cada um deles, 2017 e 2018, foram criados 27 projetos.

“Não é que mulheres são melhores que homens como parlamentares, mas elas estão mais sensibilizadas para as questões femininas”, diz. Além do aumento, Alice ressaltava a coesão da bancada feminina, o que incentiva e dá força para novas proposições.

“Há uma concordância muito grande dentro da bancada feminina. Elas estão unidas nos pontos convergentes. Temas em que há muita divergência, como aborto, por exemplo, são mais delicados, então decidiram tocar nos pontos em que concordam, como combate à violência.”

Para Dorinha, o maior desafio ainda é fazer a sociedade entender a gravidade do problema. “Essa luta não é um discurso de feminista, ideológico. Estamos falando do direito das mulheres à vida.”

Quatro projetos viraram lei

Das sete propostas apresentadas em 2019 que não estão em tramitação, quatro viraram lei, duas foram retiradas pelo autor e uma foi pensada a outro PL.

Das quatro sancionadas, uma prevê a apreensão de arma de fogo de agressor; outra exige que o agressor ressarça o SUS (Sistema Único de Saúde) pelo atendimento à vítima; a terceira torna prioridade a matrícula dos filhos das vítimas de violência; e, a última, torna obrigatório o registro de violência contra a mulher no prontuário de atendimento médico.

Por Camila Brandalise

Violência doméstica na favela traz ‘impossibilidade da denúncia já que a polícia não vem até agressor’, diz pedagoga

Ex-vítima e idealizadora de roda de conversas com mulheres, Fabbi Silva tem sua trajetória retratada no filme ‘Histórias para contar’, no Festival do Rio

[\(Universa, 14/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO — Numa comunidade em que a polícia não chega, embora a **violência** seja diária, há pouca empatia do sistema de saúde, e as mulheres não têm oportunidade de estudar ou trabalhar, oferecer alguma perspectiva para vítimas de agressão doméstica é um desafio.

A pedagoga Fabbi Silva, 38 anos, conseguiu driblar esses desafios, e o caminho para isso foi a criação de uma rede entre as moradoras da comunidade Parque das Missões, em Duque de Caxias (RJ).

Idealizadora do projeto “Roda de mulheres — Apadrinhe um Sorriso”, ela mesma já havia sido vítima da **violência doméstica**. E foi graças a outras mulheres que, quando as violações aconteciam em sua vida, deu um jeito de sobreviver, estudar, trabalhar e criar o grupo que hoje conta com 64 cadastradas.

Além das rodas, ela criou um chat no Whatsapp para ampliar o campo de ação contra a violência.

— Quando a mulher chama, a gente vai pra lá. E eu sou a maluca, chego e digo “vamos conversar, o que tá acontecendo, por que tá batendo nela? Olha as crianças, você passou por isso, quer repetir aqui?”. Eles me xingam. Mas às vezes funciona — conta.

Sua história é retratada no [documentário “Histórias para contar”](#), de Julia Lemos Lima, que será exibido neste fim de semana no **Festival do Rio**.

Você foi vítima de violência doméstica. Como tudo aconteceu?

Minha história é a história de muitas mulheres. Me envolvi muito nova com meu ex-marido, tinha 14 quando comecei a namorar. Aos 17, e ele com 24, fomos morar juntos. Existia uma questão de não poder fazer sexo, eu era evangélica. Minha mãe era do tambor, e quando falei que ia casar, ela perguntou: “Você tá doida?”. Mas é a imaturidade. Quando me casei, ainda estava estudando, terminei o ensino fundamental aos 19. Comecei a trabalhar numa loja e cursava o ensino médio à noite. Foi aí que surgiu o primeiro indício da violência, ainda verbal, para tentar me impedir de estudar, me colocar para baixo. Ele dizia que não tinha necessidade de eu estudar. Foi também meu primeiro enfrentamento contra a igreja e o pastor, que dizia que eu tinha que obedecer meu marido. Era um inferno: ele dizia que eu estava procurando homem, queimou meu caderno, escondia meu anticoncepcional para eu engravidar.

No primeiro encontro, uma delas perguntou: ‘Mas quem é você na fila do pão? Só porque estudou? Você já foi estuprada hoje?’.

Fabbi Silva, pedagoga.

E quando começou a agressão física?

Fiz um processo seletivo para trabalhar numa creche e, quando foram à minha casa dizer que eu tinha sido aprovada, ele disse que eu não precisava (*da vaga*) e dispensou. Quando fiquei sabendo, tivemos uma das nossas principais brigas. A agressão deixou de ser verbal e passou à física. Ele me pegou e me jogou pro outro canto da sala, aí eu gritei, disse que ele tinha me batido. Ele negava, pois na visão dele bater era deixar de olho roxo. Fui trabalhar, e uma amiga me alertou: “Meu relacionamento era assim, só agressão verbal até que ele bateu minha cabeça na porta do carro”. Depois que ele exagerava, vinha com ursinho de pelúcia, com um cuidado que eu via que era uma coisa para comprar meu silêncio.

O que aconteceu quando você se formou na escola?

O ensino médio me possibilitou ter um outro olhar tanto para a questão da violência quanto para entender que não acabava ali o meu estudo. Descobri a

filosofia, que me abriu os olhos para coisas que a igreja não trazia para mim, então saí da igreja. Ele achava que eu estava “endemoniada”, que tinha que sair do trabalho, que minhas amigas estavam fazendo minha cabeça. Eu não queria mais. Um dia pedi para a gente dar um tempo. O homem surtou, pegou a TV e jogou longe, gritava, quebrava as coisas. Aí pegou no meu pescoço e me jogou contra o sofá. Bati a cabeça, mas comecei a gritar, chamando a vizinha, pedindo socorro. Quando minha mãe chegou, ele estava tentando me sufocar. Dizia que, se eu não fosse dele, não ia ser de ninguém, que ia me matar.

No México, as mulheres colocavam tecidos vermelhos na janela quando o companheiro chegava bêbado e agressivo, então as moradoras da comunidade iam para a casa dela, para tomar um café, ver TV, e o cara não batia

Fabbi Silva, pedagoga.

Como você sobreviveu a essa agressão?

Minha mãe tirou ele de cima de mim e me levou embora. Até voltei, mas não queria mais. Consegui um terreno, um fogão, e, no dia 1º de janeiro de 2006, falei que estava saindo de casa. Ele não acreditou. Quando ele saiu para trabalhar, tirei tudo que era meu e fui embora. Ele ia atrás de mim, dizia que eu estava jogando fora um homem correto porque eu não aceitava rédeas, como se eu fosse uma égua. Fiquei desempregada, fui trabalhar como camelô, mas tinha passado na faculdade e isso me deu um gás. Me mudei para meu barraco de madeira, que chovia mais dentro do que fora, e foi a melhor decisão da minha vida.

Quando você sentiu que precisava ajudar outras mulheres?

Na graduação, resolvi trabalhar com as mulheres do Parque das Missões. Decidi fazer roda de conversa, mas me achava o suprássumo do conhecimento. No primeiro encontro, uma delas perguntou: “Mas quem é você na fila do pão? Só porque estudou? Você já foi estuprada hoje?”. Tentei fazer o encontro umas três vezes, mas não consegui. No primeiro foram muitas mulheres, no segundo diminuiu e no terceiro não foi ninguém. Quando

contava que passei pela violência doméstica, mudava “caramba, e você conseguiu?”, mas vi que tudo que passei não era um terço do que elas passam. Primeiro porque eu não tenho filho. Passei dificuldade, mas não passei fome. Tinha uma mãe que me incentivou a estudar e me ajudou muito. São diferenciais. Tenho noção do meu privilégio.

Como você conseguiu emplacar as rodas, então?

Tive que repensar. Vi que as crianças da comunidade tinham deficiências, falta de cuidado, muito também por conta da violência em casa. Então comecei a fazer um trabalho de leitura com elas, o “Apadrinhe um Sorriso”, e me reaproximei das mães. Anos depois, fui ao México num encontro de lideranças comunitárias. Lá vi o trabalho que mulheres estavam fazendo. Elas colocavam tecidos vermelhos na janela quando o companheiro chegava bêbado e agressivo, então as moradoras da comunidade iam para a casa dela, para tomar um café, ver televisão, e o cara não batia. Quando voltei, chamei uma reunião com as mães das crianças.

Daquela vez elas toparam?

Trouxe uma lembrancinha, um chaveiro vermelho de uma santa que protege as mulheres. Contei sobre o trabalho que vi, como tinha ficado impactada. Disse que a presença delas nos encontros impactaria no desenvolvimento dos filhos, mostrei um vídeo sobre violência intrafamiliar e o impacto na vida das crianças. E aí pedi para elas falarem. Quer falar sobre filhos? Violência no território? Marido ou filho preso? Dificuldade de entrar no ônibus porque tá gorda? Ou querem falar da violência sexual que sofrem pelos companheiros? Vamos falar de tudo, e a gente vai exercitar a confiança e o que falar aqui, não vai falar para ninguém.

Tem uma mulher que tem várias facadas pelo corpo, outra que o marido preso mandou rasparem a cabeça e todos os pelos do corpo porque descobriu que ela estava em outro relacionamento, o que é um estupro também.

Fabbi Silva, pedagoga.

Você usou a estratégia dos lenços vermelhos?

A gente usa uma coisa que não é o lenço, é o Whatsapp mesmo (*risos*). Temos um grupo, e quando a mulher chama, a gente vai pra lá. E eu sou a maluca, chego e digo “vamos conversar, o que tá acontecendo, por que tá batendo nela? Olha as crianças, você passou por isso, quer repetir aqui?”. Eles me xingam. Mas às vezes funciona. Por exemplo: um dos maiores agressores hoje é parceiro do trabalho, participa das rodas e não bate mais. Eu chamo para conversar: “Vocês falam que a criança não quer aprender, mas já pararam para pensar que ver essa briga todo dia interfere no desenvolvimento dela? Já pararam para refletir sobre isso?” A mudança não é da noite pro dia, é fruto de muito trabalho, um trabalho delas. Eu motivo, mas elas que fazem.

Que tipo de resultado as rodas têm produzido?

É possível vencer a violência com afeto e escuta. É criar uma rede, deixar elas falarem. Muitas conseguiram sair de relacionamentos abusivos. Teve uma mãe achando normal o que o marido fazia com a filha porque ela já tinha passado por aquilo, até ela falar “opa, a gente não precisava passar por isso”. Tenho amor pelo “Apadrinhe um sorriso”, mas tenho paixão pela “Roda de mulheres — Apadrinhe um sorriso”.

É um cotidiano de muita violência. Enquanto pedagoga, como lida com isso?

Tem uma mulher que tem várias facadas pelo corpo, outra que o marido preso mandou rasparem a cabeça e todos os pelos do corpo porque descobriu que ela estava em outro relacionamento, o que é um estupro também. Mas a história que mais me chocou foi a de uma menina de 13 anos que foi morar com o cara de 28, engravidou e cinco dias depois de parir, ele quis sexo. Ela estava de resguardo, toda cheia de ponto. Ela acordou com o olho roxo, toda machucada, ponto destruído, porque ele a estuprou desacordada. São essas as verdades que não estão nos livros. Não tem autor que explique como é trabalhar isso.

Você encara esse trabalho como uma forma de feminismo?

Esse é o feminismo possível, não é o feminismo branco, que não chega na favela. Falar que somos todas “vadias”, isso não dialoga com a realidade dessa mulher. É preciso pensar na violência que atravessa a favela, a impossibilidade da denúncia porque a polícia não vem até o agressor, o policial que diz que ela vai voltar para o companheiro mesmo “porque é safada”, equipe médica que diz “você apanha sempre, por que está chorando?”. É uma violência que perpassa o racismo estrutural, falta de empatia. O que mais ouço é sobre violência obstétrica, uma das coisas que mais me impacta, médico que bate na cara, sobe na barriga... Esses relatos surgem na roda e são trabalhados com poesia, empatia. As relações de confiança geram um impacto, temos uma rede que possibilita a continuação desse trabalho.

As meninas também participam?

As mães levam porque entendem que é importante. Temos uma de 14, outra de 13 e uma de 11. Tem gente que diz: “Mas vai falar sobre esses assuntos na frente delas?”. Meu amor, elas ouvem coisas muito piores. A infância da menina preta e da favela tem data para acabar porque a violência atravessa esse corpo.

A roda mudou a vida delas?

Queria muito que, na época em que passei pela violência, tivesse o que tenho hoje. Talvez não tivesse chegado ao enforcamento que me deixou sequelas fortes. Não consigo ter um relacionamento. Se eu não tivesse tido força de gritar pela vizinha, se ela tivesse ouvido o marido que mandou não se meter e se a minha mãe não tivesse conseguido empurrar um homem duas vezes o tamanho dela... Mas eu tive essas mulheres. E lembra daquela menina lá atrás que perguntou se eu tinha sido estuprada? Fez o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (**Encceja**) e conseguiu sair daquela relação.

Por Constança Tastch

Lei torna obrigatória notificação à polícia de atendimento de caso de violência contra a mulher na saúde

Serviços de saúde públicos e privados são obrigados, pela nova lei, a comunicar à autoridade policial indícios de violência contra a mulher

[\(Agência Senado, 11/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Foi publicada nova lei, nesta quarta-feira (11), que obriga profissionais de saúde a registrar no prontuário médico da paciente e comunicar à polícia, em 24 horas, indícios de violência contra a mulher. A lei se originou do Projeto de Lei (PL) 2.538/2019 (na Câmara) ou [PLC 61/2017](#) (no Senado), que havia sido vetado ([Veto 38/2019](#)) pelo presidente da República, Jair Bolsonaro e, no fim de novembro, teve o veto derrubado pelo Congresso Nacional. A lei entra vigor em 90 dias.

De iniciativa da deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP), a nova lei estabelece que a comunicação obrigatória à autoridade policial deve ser feita no prazo de 24 horas para, além de serem tomadas as providências cabíveis, também ser registrada para fins estatísticos. A regra vale para serviços de saúde públicos e privados.

Inicialmente, o projeto pretendia acrescentar essa previsão à Lei Maria da Penha ([Lei 11.340, de 2006](#)), mas a relatora no Senado, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), decidiu elaborar um substitutivo, deslocando a medida para a [Lei 10.778, de 2003](#), que já regula a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados. A providência, explicou Maria do Carmo, foi tomada para afastar questionamentos quanto à juridicidade e constitucionalidade da matéria.

Quando vetou a iniciativa, o presidente justificou que o projeto contrariava o interesse público, ao determinar a identificação da vítima, mesmo sem o seu consentimento e ainda que não haja risco de morte mediante notificação compulsória para fora do sistema de saúde. No entendimento do governo, a medida “vulnerabiliza” ainda mais a mulher, já que, nesses casos, o sigilo seria fundamental para garantir o atendimento à sua saúde sem preocupações com futuras retaliações do agressor. Mas deputados e senadores discordaram da posição do governo.

Saiba como estas empresas se engajaram para combater a violência doméstica

Diante do aumento da violência doméstica no país, empresas se engajam para combater o problema criando programas de acolhimentos para as funcionárias

[\(Exame, 10/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Denise Neves dos Anjos era uma funcionária exemplar. Gerente de uma loja do **[Magazine Luiza](#)** na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, não dava pistas de que vivia um drama pessoal fora dali.

Vítima de violência doméstica, os colegas de trabalho só descobriram que ela era constantemente agredida quando o ciclo de agressão atingiu seu ápice: o feminicídio. Em 2017, aos 37 anos, a profissional foi brutalmente assassinada pelo marido. Situações assim não são isoladas no Brasil.

De acordo com o 13º anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, lançado em agosto, há um registro de violência doméstica a cada 2 minutos no país.

Só em 2018 foram 263 067 casos de lesão corporal dolosa, aumento de 0,8% em comparação ao ano anterior, e 1 206 assassinatos — alta de 4% no mesmo período. Em 88,8% das mortes, o autor do crime era o companheiro ou o ex-companheiro.

A morte da trabalhadora gerou um questionamento em Luiza Helena Trajano, presidente do conselho de administração do Magazine Luiza: “Por que ninguém da loja reparou que havia um problema ali?” Decidida a evitar que a situação se repetisse, a executiva criou há dois anos um programa de acolhimento para as funcionárias vítimas de violência.

Sua primeira medida foi disponibilizar um canal telefônico no qual as empregadas pudessem buscar ajuda psicológica e jurídica. Desde a inauguração da linha, 274 mulheres já foram atendidas.

Em 15% dos casos, foi necessário transferi-las para outra unidade por motivos de segurança. E a busca pela ferramenta, segundo a companhia, tem crescido: em 2018 foram 108 atendimentos. Até setembro deste ano, já eram 109 registros (hoje, todos os novos empregados são apresentados oficialmente ao programa durante a integração).

Além da criação de um canal de apoio, outra atitude do Magazine Luiza foi treinar a liderança para identificar evidências de violência doméstica.

“Orientamos os gestores a checar a baixa produtividade, observar se a mulher fica pelos cantos, se ela chora, se não quer fazer amizade”, diz Tarsila Mendonça, analista de integridade do Magazine Luiza e responsável pelo Canal da Mulher.

Segundo ela, foi importante também esclarecer que a agressão não é só física, pode ser psicológica. Isso porque muitas vezes quem acessa a ferramenta não é a vítima — e sim um chefe ou colega que conseguiu identificar o problema.

Cristina Kerr, professora na Fundação Dom Cabral e CEO da CKZ Diversidade, consultoria de diversidade para empresas, ressalta que o principal desafio do RH nesse processo é conscientizar e sensibilizar a organização.

“As pessoas costumam achar que elas não têm nada a ver com isso. Primeiro, é essencial desconstruir aquela crença, que aprendemos desde cedo, de que ‘em briga de marido e mulher ninguém mete a colher’”, diz a especialista. Se o assunto for um tabu, dificilmente o canal de apoio será utilizado.

“As empresas devem fazer campanhas, rodas de conversa e workshops sobre o tema, explicitando que apoiam a causa”, completa Cristina.

Esse papel “comunicador” do RH, de criar espaços de diálogo e de troca de informações, é fundamental para que os funcionários sintam que a preocupação é genuína e tenham coragem de agir.

Com 80% de mulheres em seu quadro, a Marisa abraçou a questão em março deste ano, depois de receber nove pedidos de socorro de funcionárias que estavam sendo ameaçadas ou agredidas pelos companheiros. Antes de iniciar um programa de combate à violência doméstica, a companhia procurou o Magazine Luiza.

Depois de ouvir os conselhos da própria Luiza Helena Trajano, os executivos da varejista de moda conversaram também com os responsáveis pelo canal para entender qual seria a melhor maneira de estruturar a própria política.

Depois disso, a Marisa ainda aplicou uma pesquisa sobre violência doméstica em todos os empregados para mapear o que pensavam a respeito.

O resultado do levantamento apontou que o conhecimento era alto entre o público feminino e o masculino: 98% das mulheres e 95% dos homens afirmaram que sabiam do que se tratava a violência doméstica.

Ainda assim, a Marisa detectou que a maioria associava a questão exclusivamente à agressão física. Mas a lei diz que situações de abuso emocional, como desvalorização, xingamento e piadas machistas, também configuram violência.

A fim de informar seu público interno, a Marisa levou a promotora de Justiça Gabriela Manssur, do Ministério Público de São Paulo, (MPSP) ao escritório central para fazer uma palestra sobre o assunto.

A companhia também produziu um vasto material informativo. “Elaboramos um calendário de comunicação para esclarecer o que é violência doméstica.

Usamos nossa plataforma online de treinamentos, as TVs internas, os murais, a intranet e até reuniões conduzidas pela liderança para falar sobre o tema. Além disso, temos 20 embaixadores da causa que geram discussões e planos de ação”, diz Carolina Ferreira, gerente jurídica da Marisa.

Inspirada pelos resultados do Magazine Luiza, com quem fez *benchmarking*, a Marisa criou o próprio canal para as empregadas buscarem ajuda. Para isso, contratou consultorias especializadas para atendê-las e orientá-las.

Todo o processo é sigiloso e, quando necessário, a equipe atende a vítima presencialmente. “Com as mulheres que estão em situação de violência ou na iminência de sofrer abuso, há um acompanhamento diário até que a situação seja resolvida.

Caso a funcionária queira seguir com o pedido de medida protetiva, a Marisa aciona a Delegacia da Mulher ou delegacias comuns, a depender da região, indicando a ela o melhor direcionamento”, afirma Carolina.

Já se a ligação é feita por um terceiro — como um gestor, por exemplo —, a assessoria especializada entra em contato com a empregada para compreender o caso com todo o cuidado.

O maior desafio do programa, pontua Carolina, é convencer as mulheres a usá-lo. “Elas se sentem envergonhadas e temem o julgamento.

Como muitas têm medo de fazer uma denúncia formal, nossa missão é desmistificar a ideia de que o canal é uma ligação direta com a polícia”, afirma a executiva, que também é líder da comissão de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher da Marisa.

O grupo, formado por oito mulheres que atuam em diferentes áreas da varejista, como jurídica, RH, marketing e operações, se reúne uma vez por mês para discutir casos críticos e preparar materiais e ações sobre o assunto, além disso, responde diretamente ao presidente da companhia, Marcelo Pimentel.

Além de ser positivo para as vítimas, o combate à violência é benéfico para o mundo corporativo, inclusive em aspectos menos óbvios, como atração e retenção de talentos. Pesquisas mostram que gerações como a Z — nascidos a partir dos anos 90 — são mais seletivas quando buscam um emprego.

Fora autonomia e flexibilidade, elas querem alinhamento de valores e um propósito na carreira. “A empresa que foca os temas sociais ganha a confiança de consumidores e funcionários. Quem não quer trabalhar numa companhia engajada?”, diz Elizabeth Scheibmayr, líder do comitê de combate à violência da Rede Mulheres do Brasil.

Presidida por Luiza Helena Trajano, a Rede Mulheres do Brasil busca despertar a sociedade civil para conquistar melhorias para o país. O grupo tem mais de 25 000 integrantes no Brasil e no exterior.

“As empresas têm medo de perder dinheiro, mas uma funcionária que sofre violência doméstica falta, fica desconcentrada, adoece e pede demissão. Há uma perda de potencial humano. E isso afeta financeiramente a companhia.”

Um estudo realizado em 2017 pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o Instituto Maria da Penha (IMP) no Nordeste, com 10 000 mulheres, mostrou que, naquele ano, as trabalhadoras que declararam sofrer violência por parte dos companheiros faltaram ao trabalho, em média, 18 dias no ano.

Entre elas, 47% relataram perder de um a três dias; 22%, de quatro a sete dias; 20%, de oito a 29 dias; e 12%, 30 dias ou mais. O levantamento estimou que, só por causa do absentismo causado por violência doméstica, a perda para as companhias de capitais nordestinas é de cerca de 64,4 milhões de reais.

Movimento crescente

No fim de agosto, o Instituto Avon e a ONU Mulheres lançaram a Coalizão Empresarial pelo Combate à Violência Contra Mulheres e Meninas com o intuito de envolver líderes da iniciativa privada contra o problema.

Mais de 100 CEOs se reuniram em São Paulo para assinar o compromisso

voluntário, que prevê ações como a adesão aos princípios de empoderamento das mulheres, desenvolvimento de atividades de capacitação para o enfrentamento da violência doméstica, implementação de políticas contra o assédio sexual e promoção de campanhas internas contra a agressão feminina.

“Não imaginávamos que a adesão seria tão grande. Mas tocamos em um problema latente. Afinal, onde estão as vítimas de violência doméstica? Estão dentro das empresas. Se você tem uma organização que emprega mulheres e acredita que não há casos de violência, tome cuidado. Você pode não estar prestando a devida atenção”, diz Daniela Grelin, diretora executiva do Instituto Avon.

Quando uma companhia toma consciência de que o problema também é dela, abre uma janela de oportunidade para essas mulheres. Pesquisa encomendada em fevereiro pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública ao [Datafolha](#) mostrou que 52% das vítimas não denunciaram o algoz. Um dos motivos é a dependência financeira do parceiro.

Pensando nisso, a promotora Gabriela Manssur idealizou o projeto Tem Saída. A iniciativa, que conta com o apoio do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e da prefeitura de São Paulo, ajuda mulheres que estão sendo atacadas pelo marido a conseguir um emprego.

Essas profissionais vão até os postos da Secretaria do Trabalho e do Empreendedorismo e são encaminhadas para vagas de uma das empresas parceiras.

Hoje, a iniciativa tem dez companhias participantes, entre elas [Carrefour](#), Atento, Sodexo e Magazine Luiza. “Contratar essas mulheres demanda atenção por parte do RH. Na entrevista de emprego, o olhar deve ser mais cuidadoso. Não é recomendado questionar detalhes da vida íntima da candidata.

O recrutador tem de considerar que ela está fragilizada e evitar perguntas que a façam voltar à situação de violência”, explica Samir Silva, gerente de gestão de pessoas do Magazine Luiza. Ele ressalta ainda que a chefia precisa

estar preparada para algumas ausências dessa funcionária, tanto para ir a audiências quanto para solucionar eventuais questões pessoais.

Ao todo, 156 mulheres já foram recrutadas pelas companhias que integram o Tem Saída. “Mulheres que pensavam que nunca sairiam desse círculo vicioso estão recebendo uma oportunidade. É gratificante receber o feedback delas e saber que as ajudamos a começar de novo”, diz Lilian Rauld, líder de diversidade e inclusão da Sodexo On-site Brasil, que recruta mulheres a partir do programa.

Uma das contratadas pela [Sodexo](#) On-site foi Mariana (nome fictício para preservar a identidade da vítima). Casada por 11 anos, ela foi submetida aos mais diversos níveis de violência. Conheceu o projeto Tem Saída por indicação de psicólogos quando fazia terapia no Fórum do Butantã, em São Paulo.

Antes de conseguir a vaga de assistente administrativa, a profissional trabalhava informalmente na clínica da sogra. “Quando me separei, eu tinha 31 anos e nenhum registro em carteira. Era um vazio enorme. Agora tenho autonomia e faço planos para voltar à faculdade de psicologia”, afirma.

Por Alexa Meirelles

Estupro: um custo intolerável à sociedade, por Phumzile Mlambo-Ngcuka

O lar não é um lugar seguro para milhões de mulheres

[**\(Folha de S.Paulo, 09/12/2019 - acesse no site de origem\)**](#)

Se eu pudesse ter um desejo atendido, poderia ser o fim do [estupro](#). Isso

significa que uma importante arma de guerra sairia do arsenal de conflitos, assim como a ausência de risco diário para [meninas](#) e mulheres em espaços públicos e privados. Haveria a remoção de uma afirmação violenta de poder e mudança de longo alcance para nossa sociedade.

O estupro não é um ato breve e isolado. Danifica a carne e reflete na memória. Pode causar mudança de vida, com consequências que não foram escolhidas —como gravidez ou DST. Seus efeitos devastadores e duradouros atingem outras pessoas: família, amigos, parcerias e colegas. Tanto no conflito quanto na paz, ele molda as decisões das mulheres de sair de suas comunidades por medo de ataques ou pelo estigma das sobreviventes.

Mulheres e meninas que fogem de casa como refugiadas correm risco de transporte perigoso e condições arriscadas de vida, que podem acarretar portas fechadas, iluminação e saneamento impróprios. Meninas casadas quando eram crianças, em busca de maior segurança em casa ou em campos de refugiados, podem ser encontradas em condições legitimadas de estupro, com pouco recurso para as que desejam fugir para um abrigo com acomodações seguras.

Na grande maioria dos países, meninas adolescentes são as que correm o maior risco de violência sexual por ex-companheiro, marido, parceiro ou namorado. Como sabemos pelo nosso trabalho sobre as outras formas de violência, [o lar não é um lugar seguro](#) para milhões de mulheres e de meninas.

Quase completamente, a maioria dos estupradores não são identificados e acabam impunes. Para que as mulheres denunciem, em primeiro lugar, é necessário resiliência para reviver o ataque, certo conhecimento sobre onde ir e um grau de confiança na capacidade de resposta dos serviços procurados —e se, de fato, houver serviços disponíveis.

Em muitos países, as mulheres sabem que são mais propensas a serem culpadas do que consideradas vítimas quando denunciam a violência sexual e precisam lidar com o sentimento injustificado de vergonha.

O resultado é o silenciamento das vozes das mulheres em relação ao estupro,

diminuição das denúncias e impunidade contínua para os estupradores. Pesquisas mostram que apenas uma [pequena fração das meninas adolescentes](#) que foram submetidas ao sexo forçado procura ajuda profissional. Menos de 10% das mulheres que buscam ajuda após sofrer violência entraram em contato com autoridades.

Um passo positivo para aumentar a responsabilidade é tornar o estupro ilegal no mundo todo. Atualmente, mais da metade dos países ainda não possuem [leis](#) que criminalizam o estupro conjugal ou que se baseiam no princípio do consentimento.

Junto com a criminalização do estupro, precisamos colocar a vítima no centro da questão e responsabilizar os estupradores. Isso significa fortalecer a capacidade das autoridades responsáveis para investigar esses crimes e apoiar as sobreviventes por meio do processo de justiça criminal, com acesso à assistência jurídica, polícia e serviços de justiça, bem como serviços de saúde e sociais, especialmente para as mulheres marginalizadas.

Ter mais mulheres na polícia e treiná-las adequadamente é um passo crucial para garantir que as sobreviventes sintam que suas denúncias estão sendo levadas a sério em todas as etapas, o que pode acabar sendo um processo complexo.

O progresso também exige que enfrentemos com sucesso as muitas barreiras institucionais e estruturais, sistemas patriarcais e estereótipos negativos em torno de gênero que existem nas instituições de segurança, polícia, judiciário e em outras instituições. Quem faz do estupro arma sabe o quão poderosamente traumatiza e como suprime a voz e a ação. Este é um [custo intolerável para toda a sociedade](#). Nenhuma geração futura deve lutar para lidar com um legado de violação.

Nós somos a geração igualdade e iremos acabar com o estupro!

Por Phumzile Mlambo-Ngcuka

Grupo Mulheres do Brasil realiza caminhadas pelo fim da violência contra as mulheres em todo o país

“Não podemos ficar quietas. Temos que nos manifestar”, diz ativista

[\(Agência Brasil, 08/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Centenas de mulheres participaram na manhã deste domingo (8), na Avenida Paulista, da terceira edição da Caminhada pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A mobilização ocorre em mais 26 cidades brasileira e em alguma localidades do exterior. A caminhada é uma ação pelos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres e foi organizada pelo Grupo Mulheres do Brasil.

Veja também:

[Caminhada pelo fim da violência contra a mulher ocupa ruas de João Pessoa \(G1/PB, 09/12/2019\)](#)

[Todos por todas: em caminhada, mulheres pedem fim da violência no DF \(Correio Braziliense, 08/12/2019\)](#)

[3ª Caminhada pelo Fim da Violência contra as Mulheres no Rio \(Agência Brasil, 08/12/2019\)](#)

[Grupo faz caminhada em parque de Ribeirão Preto pelo fim da violência contra a mulher \(G1, 08/12/2019\)](#)

[Campinas tem caminhada pelo fim da violência a mulher \(A Cidade ON, 08/12/2019\)](#)

As participantes da marcha reuniram-se na Praça do Ciclista, onde ocorria também a exposição ao ar livre *Corpos das Penhas*, que simulavam corpos de mulheres e incluíam informações como o nome da vítima, idade, número de

filhos e o tipo de arma com que cada uma foi assassinada. Todas as informações ilustram casos reais.

“O objetivo dessa caminhada é levar para a sociedade uma conscientização ampla da gravidade do problema que é a violência contra a mulher, sob todas as suas formas”, disse Raquel Preto, que representa o Comitê de Combate à Violência do Grupo Mulheres do Brasil. “Tomar um empurrão do marido, ou um tapa, não é normal. Essa naturalização não pode existir. E é esse o objetivo de uma caminhada como essa: deixar muito claro para toda mulher que não é natural apanhar, tomar um soco ou ser estuprada”, acrescentou.

“A cada duas horas, uma mulher é vítima de feminicídio. A cada hora, quatro meninas são vítimas de estupro. Então, não podemos ficar quietas. Temos que nos manifestar para pedir políticas públicas que visem combater o fim da violência contra a mulher”, disse Elizabete Scheibmayr, que também representa o Comitê de Combate à Violência do Grupo Mulheres do Brasil.

Raquel e Elizabete incentivam as mulheres que forem vítimas de violência a procurar as redes de apoio disponíveis para se fortalecer e para que denunciem a violência. “A primeira coisa é ter coragem, saber que há uma rede de apoio e denunciar a violência. E quem também vê a violência precisa denunciar. Tem que meter a colher sim”, disse Elizabete.

“A mulher deve procurar ajuda. Ela deve ir a uma delegacia de polícia, a um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que oferece serviços sociais de apoio. Se ela for vítima de violência sexual, deve procurar um hospital, procurar apoio de amigas e familiares e ter força para denunciar e não aceitar mais o ciclo de violência”, acrescentou.

Vestidas com uma camiseta laranja com dizeres que pediam o fim do feminicídio e da violência e com gritos de *Juntas, Somos Mais Fortes* e *Eu Meto a Colher, Sim*, as mulheres caminharam até a Casa das Rosas, onde o ato foi encerrado com uma salva de palmas.

Por Elaine Patricia Cruz

Pelo direito à vida das mulheres, por Djamila Ribeiro

Hoje é o dia da mobilização dos homens pelo fim da violência de gênero

[\(Folha de S.Paulo, 06/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Instituído no Brasil pela lei 11.489, de 2007, o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres é marcado neste 6 de dezembro. Trata-se de uma data mundial criada após, em 1989, um universitário canadense de 25 anos entrar em uma sala de aula de engenharia em Montreal, ordenar que todos os homens do recinto saíssem para que ele pudesse assassinar todas as mulheres presentes, o que acabou fazendo, cometendo suicídio em seguida.

Salvo alguma movimentação incipiente, não há nas ruas nenhuma passeata, ato, ou o que quer que seja voltado a discutir a violência de homens contra mulheres em um dos países campeões de futebol e de [feminicídio](#). Pode-se dizer, claro, que se trata de data sem adesão. Celebremos o que já se tem feito, mas que seja apontado que não há movimentação expressiva nesse 6 de dezembro, como não houve no 5 de dezembro, nem no 4 de dezembro, como não tem havido em outros dias.

Na última semana, [Elitânia Souza](#), promissora liderança da comunidade quilombola da Vitória, no município de Cachoeira, na Bahia, e aluna do curso de serviço social da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, foi assassinada a tiros pelo homem que no passado havia sido seu companheiro.

Contra ele, já havia uma medida protetiva decretada pela Justiça, mas que não foi qualquer impeditivo para que cometesse essa atrocidade. Mais uma voz é sufocada no país de herança patriarcal.

A universidade decretou luto, as mulheres quilombolas convocaram atos e o

homem foi preso. Alguns homens aliados e politicamente empáticos ao combate a essa arquitetura de morte de mulheres à parte, pergunta-se sobre a mobilização voltada à discussão e à prática contra a violência de gênero praticada pelo grupo social masculino, que resulta em dados de extermínio.

Sim, há um processo de extermínio de mulheres em curso no país. Segundo dados colhidos na organização Artigo 19, em 2013 houve um feminicídio a cada 90 minutos no país e, em 2010, foram registrados cinco espancamentos de mulheres a cada dois minutos.

Dados recentes divulgados na pesquisa [“Evidências sobre Violências e Alternativas”](#), desenvolvida pelo Instituto Igarapé, constata que mulheres são a maioria das vítimas de violência no Brasil. Com exceção do homicídio, elas são as que mais sofrem violência física (73%), patrimonial (78%), psicológica (83%) e sexual (88%).

Em muitos casos, o agressor é o homem que conta com o afeto da vítima, inclusive crianças.

Vale lembrar que o Brasil é o país campeão em casamento infantil, uma violência naturalizada e sobre a qual pouco se discute ou se cria conscientização.

Antes do risco de se casar adolescente, a vida da mulher também está em risco. As principais vítimas de violência sexual, 56,4% delas, são crianças, em especial meninas. Nesses casos, os agressores são homens conhecidos (65%). No caso de mulheres adultas, homens desconhecidos estão entre 44% dos agressores sexuais.

Um olhar racial nos mostra como a situação é sobretudo mais dramática para mulheres negras. Um exemplo bem ilustrativo é o levantamento de dados após os dez anos de vigência da [Lei Maria da Penha](#), no qual foi constatada uma redução de 10% no número de morte de mulheres brancas, ao passo que foi detectado um aumento de 54% de mortes de mulheres negras.

Várias razões podem ser apontadas para tanto, sobretudo uma falta de um olhar interseccional ao desenhar essa política pública. Quem são em geral os companheiros de mulheres negras e em que situação social elas se

encontram? Como se valer de uma lei quando a relação da polícia com a realidade que elas vivem é totalmente diferente do contexto das mulheres brancas?

Mulheres negras são mães, irmãs, companheiras de homens negros, alvos preferenciais da política de segurança pública, havendo a necessidade de contemplar essa realidade ao se desenhar uma política pública de assistência a essas mulheres.

Certamente há a necessidade de um olhar dos gestores públicos a essas questões, embora saibamos estar sob um governo sem compromisso com essa agenda.

Exatamente por isso, reforça-se à sociedade civil, às organizações e aos homens em geral, beneficiários do sistema patriarcal e que se põem contra essa estrutura de opressão que tem assassinado mulheres, a pergunta: o que vocês podem fazer para colaborar nessa luta?

É necessária responsabilidade para trabalhar pela mudança de um cenário tão dantesco.

Por Djamila Ribeiro